

Painel 2 – Parcerias Estado Sociedade Civil na educação e formação nos PALOP: Complemento ou substituição?

Título da comunicação|

Mudança de paradigma em Angola: da Ajuda de Emergência ao Desenvolvimento.

Papel da Cáritas de Angola e suas associadas na educação e formação de recursos humanos

Catarina Lopes – FEC ONGD portuguesa

Coordenação Departamento de Cooperação para o Desenvolvimento FEC

Quinta do Cabeço, Porta D, 1885-076 Moscavide | Portugal

catarina.lopes@fecong.org

Resumo

O Acordo de Paz de Luena (2002) contribuiu para as mudanças políticas e económicas, que tem levado a sociedade civil a transformar-se. As Organizações da Sociedade Civil (OSC) transferem a sua actividade da Ajuda de Emergência para o Desenvolvimento. Num universo de 16.900.000 pessoas, a procura de serviços sociais tem crescido em Angola. Em 2007, o Estado lançou a Estratégia de Relançamento da Alfabetização, contando com diversas OSC, nomeadamente a Cáritas de Angola.

Palavras-chave| sociedade civil, desenvolvimento, alfabetização

Title

Angola's paradigm change: from Emergency Assistance to Development.

Caritas Angola's role and its association with education and the training of human resources.

Summary

The Luena Peace Agreements (2002) contributed to political and economic changes, which transformed the civil society in Angola. The Civil Society Organizations (CSO) transfers their activities from Emergency Assistance to Development. According to official data, there are 16.900.000 Angolans citizens requiring social services. In 2007, the Government launched a campaign to strengthen literacy. To achieve that, Caritas Angola, a civil society organization, has taken a significant role.

Key words

Civil society, development, literacy

**Mudança de paradigma em Angola: da Ajuda de Emergência ao Desenvolvimento.
Papel da Cáritas de Angola e suas associadas na educação e formação de recursos
humanos**

Catarina Lopes – FEC ONGD portuguesa

catarina.lopes@fecongdl.org

Introdução

Desde 2002 que Angola se encontra num processo de consolidação da paz. Mais de trinta anos consecutivos de guerra determinaram a incidência da pobreza.¹ Dados de 2001² indicavam que, na véspera do Acordo de Paz de Luena, a pobreza urbana atingia 57% dos agregados familiares, cuja percentagem subia significativamente para 94% em espaços rurais. A guerra condicionou, por questões de segurança, o acesso das populações a zonas de cultivo e aos mercados, recrutando mão-de-obra jovem e ativa para reforço das forças militares. Outras das consequências prende-se com os movimentos migratórios das populações para os centros urbanos ou para o exterior, empobrecendo ainda mais as zonas rurais.

Na estratégia de redução da pobreza (ECP 2005), o Estado angolano assume dez áreas prioritárias, entre as quais se destaca a «educação», consciente que para a consolidação

¹ A «incidência da pobreza» mede a proporção da população caracterizada como pobre, tendo por base o consumo das pessoas e a que distância que se encontram da linha da pobreza. O «Índice de Pobreza Humana» baseia-se tal como o Índice de Desenvolvimento Humano em três dimensões essenciais da vida humana: a longevidade, educação e padrão de vida digno, recorre, no entanto, a indicadores que permitem captar elementos de privação característicos da pobreza nos países desenvolvidos.

² Inquérito aos Agregados Familiares sobre Receitas e Despesas (2000-2001)

da paz e da reconciliação nacional será fundamental assumir a administração do Estado em todo o país e estender os serviços sociais básicos (educação e saúde) a toda a população. Na alteração de paradigma de Ajuda de Emergência para uma lógica de Desenvolvimento, Angola reconhece como debilidades internas a «baixa qualificação média dos quadros e técnicos», bem como a «desqualificação e desvalorização do capital humano» (ECP 2005, p.17). No sector da educação, o Estado definiu para estratégia de redução do analfabetismo a dinamização de programas de alfabetização de adultos, com enfoque nas mulheres, nos deslocados e refugiados. Num universo de cerca de 16.900.000 pessoas distribuídas, de forma desigual, num território com 1.246.700 km², o Estado reconhece a importância de estabelecer parcerias com entidades privadas e ONG, nomeadamente nos sectores da educação, saúde, água e saneamento de modo a garantir a sustentabilidade destes serviços (ECP 2005, p. 37).

Tal como o sector público, as organizações da sociedade civil angolanas encontram-se no processo de mudança exigido pelo novo contexto de paz. A Cáritas de Angola é uma organização da sociedade civil com influência a nível nacional desde 1970, tendo acompanhado em permanência todo o período de guerra. A Promaica, organização civil de mulheres associada da Cáritas, ainda que se tenha constituído vinte anos mais tarde (1990), tem acompanhado as dificuldades das comunidades a nível nacional.

Este artigo faz parte de uma investigação integrada no projecto «o papel das organizações da sociedade civil na educação e formação: o caso de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe»,³ promovido pelo Centro de Estudos

³ http://fecong.org/projectos_angola_em_curso_noticias.asp?noticiaid=33501

Africanos do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, e com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia. No quadro da participação da ONGD FEC⁴ na investigação, pretendeu-se analisar o papel da Cáritas de Angola e da Promaica, como organizações da sociedade civil, nos programas de alfabetização como processo de educação não formal.

Para uma análise do papel da Cáritas de Angola e da Promaica, a reflexão está dividida em seis pontos. No ponto 1, faz-se uma breve resenha do modo com a sociedade civil surge nos documentos políticos e estratégicos de desenvolvimento e cooperação da União Europeia, Portugal e PALOP. No ponto 2, analisa-se a alfabetização como estratégia de desenvolvimento humano e social; dando-se, no ponto 3, dados sobre o contexto político-social de Angola, que permita integrar no ponto 4 as organizações da sociedade no país, com destaque para a Cáritas de Angola e a Promaica. No ponto 5, centram-se os resultados obtidos nesta investigação, durante dois anos (2010 e 2011). No final, apresentam-se conclusões e recomendações já analisadas com estas organizações da sociedade civil sobre o papel que desempenham na educação e formação de jovens e adultos, em programas de alfabetização.

1| Sociedade civil e políticas de desenvolvimento e cooperação

A criação de mecanismos de diálogo entre Estados e organizações da sociedade civil está patente em diversos documentos. No quadro das agências de cooperação e desenvolvimento estatais, bem como das organizações multilaterais de

⁴ FEC é uma ONGD portuguesa com ações de cooperação em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique desde 1990 (para mais dados: <http://fecong.org/>)

desenvolvimento, reconheça-se a importância da sociedade civil para que se alcance as metas dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, sempre em complementaridade aos Estados.

No quadro dos Estados membros da União Europeia, o papel da sociedade civil é inerente ao próprio processo de democratização. O Acordo de Cotonou (2000) estabelece a Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a União Europeia e os Estados-Membros. Este Acordo pretende a «redução da pobreza, e a prazo, da sua erradicação, em consonância com os objetivos de desenvolvimento sustentável e de integração progressiva dos países ACP na economia mundial» (Capítulo 1). Para este efeito, a criação de um contexto político estável e democrático é uma das premissas fundamentais, preconizando-se a «maior participação da sociedade civil activa e organizada, assim como do setor privado» (Artigo 10º).

Na relação com África, os países europeus assumem os actores da sociedade civil como um parceiro da cooperação. Portugal na *Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*⁵ (IPAD 2006) identifica uma multiplicidade de organizações da sociedade civil como parceiros da cooperação portuguesa: Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), fundações, associações empresariais e sindicais, universidades e centros de investigação, associações de comércio justo, de desenvolvimento local, ... As ONGD são destacadas pela sua acção em três grandes dimensões: cooperação para o desenvolvimento, ajuda de emergência e humanitária e educação para o desenvolvimento. Estas instituições têm elementos em comum, sendo

⁵ http://www.ipad.mne.gov.pt/images/stories/Publicacoes/Visao_Estrategica_editado.pdf

organizações sem fins lucrativos, inscrevem a sua acção na promoção dos direitos humanos e por ideais cívicos e sociais.

A importância da sociedade civil é tão evidente que Angola (ECP 2005)⁶, Moçambique (PARPA II 2006)⁷, Guiné-Bissau (DENARP 2005)⁸, e São Tomé e Príncipe (ENRP 2002)⁹ reconhecem que esta representa um ator fundamental na consulta, implementação e avaliação da estratégia dos Estados de combate à pobreza, sem a qual não será possível o desenvolvimento dos respectivos países. As organizações da sociedade civil são convocadas para participarem activamente nos principais sectores de desenvolvimento, como sejam a saúde, educação. A consolidação do Estado e das organizações da sociedade civil constituem prioridade para a estabilidade política e social e conseqüentemente na implementação de mecanismos de paz.

No caso de Moçambique, o Estado atribui às organizações da sociedade civil e do sector privado uma tarefa que não se encontra nos documentos de Angola, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau: «fortalecer a capacidade dos cidadãos, da Sociedade Civil e do sector privado para monitorar o desempenho do Governo e denunciar os atos de corrupção» (PARPA II 2006, p.86).

⁶ Angola – Estratégia de Combate à Pobreza 2005: http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_ECP.pdf

⁷ Moçambique – Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta II 2006:

<http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/pics/d61761.pdf>

⁸ Guiné-Bissau – Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2005: <http://www.stat-guinebissau.com/denarp/denarp.pdf>

⁹ São Tomé e Príncipe – Estratégia Nacional da Redução da Pobreza 2002:

http://www.juristep.com/relatorios/estrategia_reducao_pobreza.pdf

Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau reconhecem que as organizações da sociedade civil precisam à semelhança das entidades estatais de fortalecerem as suas competências para poderem fazer face a mudanças sócio-políticas decorrentes de um quadro pós-conflito. Em todos, é referido a sua responsabilidade partilhada com o Estado e sector privado para a boa governação dos países.

O Estado de Angola reconhece que os organismos da sociedade civil servem de intermediários entre as acções do Governo e das comunidades locais, tendo um papel crucial na disseminação de informação, bem como na implementação de projectos específicos» (ECP 2005, p.45). No entanto, não deixa de evidenciar como resultado a alcançar o «reforço da participação das instituições do poder local e organizações da sociedade civil no desempenho de certas funções a nível local» (ECP 2005, p.95).

O Estado de Moçambique, à semelhança do da Guiné-Bissau, é aquele que dá uma tónica positiva às organizações da sociedade civil, reconhecendo a sua importância e conferindo a cada cidadão a possibilidade de se constituir como «agente principal da construção democrática» (PARPA II 2006, p.73). Não deixa porém de reconhecer como «prioritária a consolidação do papel do Estado e da Sociedade Civil como garantia da unidade nacional, da Paz e Estabilidade Política e Social, incrementando-se a concertação social, a convivência, o diálogo e a tolerância entre cidadãos de diferentes idades, raças, grupos etnolinguísticos, sexos, partidos políticos, organizações sociais, económicas e religiosas» (PARPA II 2006, p.83).

O Estado de São Tomé e Príncipe, sem deixar de reconhecer «notória alguma dinâmica nos esforços de participação», constata que a «sociedade civil continua com débil organização e pouco atuante» apesar de terem sido criados vários «grupos de iniciativas de carácter económico e associações para promover interesses ou gerir infraestruturas e serviços comuns» (ENRP 2002, p. 20).

Ao contrário de São Tomé e Príncipe, o Estado da Guiné-Bissau ainda que reconhecendo ser «ainda nova» e com fraquezas decorrentes da sua «juventude», a «sociedade civil guineense é muito dinâmica e diversifica-se cada vez mais». Apesar desta diversidade, o Estado nomeie as ONG e as associações de base, evidenciando como vantagens comparativas, como seja «forte dinâmica organizacional, grande capacidade de acção e intervenção, bom conhecimento do terreno de intervenção, capacidade de conceber e implementar estratégias apropriadas aos contextos, e um capital de confiança e de colaboração com as outras componentes da sociedade civil» (DENARP 2005, pp.29-30).

2| Alfabetização como estratégia de desenvolvimento humano e social

Segundo a UNESCO (2010), a percentagem mais elevada de pessoas que não sabem ler nem escrever encontra-se, por ordem decrescente, na África Subsaariana (38%), Ásia do Sul e do Oeste (36%), Estados Árabes (29%) e as Caraíbas (25%). Na América do Norte e na Europa Ocidental, a taxa ronda os 0,6% de pessoas analfabetas. Apesar da percentagem menos elevada nos países do norte, não deixa de ser preocupante constatar que continua a existir 9% de pessoas em França e 14% nos Estados Unidos, que

identificando os grafemas, têm dificuldades em entender e responder a um anúncio de emprego, um documento sobre a educação dos filhos, ainda que tenham tido uma primeira abordagem em termos de alfabetização.

Estes dados desmistificam as ideias pré-concebidas patentes, desde 1949, nas primeiras Conferências Internacionais de Educação de Adultos, em que se associa analfabetismo com países em vias de desenvolvimento. Esta ligação deve-se ao facto de a «geografia do analfabetismo se apresentar coincidente com a geografia da pobreza, da fome e do desemprego» (Canário 1999, p.54). Entre a I e a II Conferência (1949 em Elsinor e 1960 em Montreal), o número de países quase que duplica, acompanhando as sucessivas independências na América Latina, em África e na Ásia com a convicção que apenas pessoas letradas têm a consciência cívica esclarecida para poderem votar de forma autónoma. Muitos Estados estavam «motivados pela necessidade de consolidar democracias através de uma forte legitimação popular» (Sanz Fernández 2006, p.21). Na IV Conferência, em Teerão (1968), reconheça-se que o analfabetismo não se circunscreve a geografia de países pobres, mas que se encontra igualmente presente nos países industrializados, em particular junto de franjas marginalizadas da sociedade. Altera-se a nomenclatura: de analfabetismo nos países em desenvolvimento para iliteracia nos países industrializados do norte. Na prática, como refere Bernard Lahire (Lahire 2003, p.33), «fala-se de iletrismo porque não se pode falar, para ser politicamente correto, de analfabetismo dos cidadãos dos países ditos desenvolvidos», adotando-se a terminologia de analfabetos funcionais nestes países.

O analfabetismo de jovens e adultos reflete disfuncionalidades do sistema educativo de cada país, existindo porém alguns fatores que condicionam a possibilidade das pessoas acederem à escola, como seja a guerra, contextos de pobreza acentuada, participação nas tarefas de casa ou na economia familiar. As consequências desta incapacidade de ler, escrever e contar não se restringe ao campo pessoal, mas têm igualmente repercussões em termos sociais, políticos e económicos. Para a UNESCO, o analfabetismo é uma violação dos direitos humanos e uma degradação mundial da condição humana.

No Fórum sobre educação, em Dakar (2000), 180 países comprometeram-se em alcançar uma «melhoria em 50% dos níveis de alfabetização de adultos, nomeadamente das mulheres, até 2015, e assegurar o acesso a todos os adultos e o acesso equitativo aos programas de educação de base e de educação permanente» (Objetivo 4). No relatório de 2010, a UNESCO denuncia a falta de empenho dos Governos em alcançar este objetivo, permitindo que 759 milhões de jovens e adultos em todo o mundo não consigam aceder a novas oportunidades de vida e de trabalho por não saberem ler nem escrever em nenhuma língua.

O analfabetismo não se prende apenas a oportunidades profissionais, mas tem consequências em outras dimensões do desenvolvimento humano. Do levantamento efetuado pela FEC quer junto de outras organizações (Lopes 2010) quer em entrevistas efetuadas nas missões em Angola, é possível constatar que o analfabetismo está associado a um conjunto de outros problemas como sejam a falta de registos de identificação pessoal (muito frequente em Angola), distância entre a casa e a escola ou o

centro onde se realizam os cursos, horários incompatíveis com a realidade do trabalho e da organização da vida agrícola. Para além destas restrições, é possível verificar em diversos testemunhos elementos afetivos comuns quer junto dos alfabetizadores quer junto dos alunos-aprendizes. Existe um sentimento de «missão», de unidade entre os que frequentam a alfabetização. Para a família Ndombele de Angola, que esteve num campo de deslocados de Aksanti, no Bairro de Viana em Luanda, «a escola era o lugar de partilha entre nós, de perceber a diferença, todos nós éramos iguais, debaixo de árvores recebíamos as lições, sobretudo da disciplina de língua portuguesa, que era o meio de comunicação e partilha».

O saber escrever pelo menos o nome, assume para todas as pessoas entrevistadas uma força muito grande, que assumem com orgulho, como Luís Cassule, antigo aluno de alfabetização em Angola, traduz: «Tivemos ganhos a partir do momento em que tivemos de enfrentar novos desafios, novas realidades, sentar debaixo de uma árvore para aprender a ler e a escrever pelo menos o nome. Depois de aprender isto não desisti, continuei buscando outros saberes. Da lata de leite debaixo de uma árvore, hoje estou a frequentar a universidade. Valeu o primeiro passo» (Lopes 2010, pp. 40 – 43). A importância do nome é repetida em diversos testemunhos e reforça o papel que a alfabetização desempenha para além das questões cognitivas. Marlene Wildner, na qualidade de Diretora do Jesuit Refugee Service (JRS) em Angola 82000-2001; 2004-2008), que desempenhou um papel importante na alfabetização no período da guerra e de restabelecimento da paz, recorda o caso de uma menina deslocada em Luena:

«No meio, havia uma menina de mais ou menos 8 anos, seu rosto transparecia uma tristeza profunda. Perguntei-lhe pelo seu nome, ao qual me respondeu “não tenho nome”. Insisti e ela respondeu mais uma vez: “não tenho nome”. Entendi que tinha razão. De fato, negada de todos os seus direitos, ela não poderia ser alguém. Ela tinha consciência dessa situação e sabia que, no fundo, ela só poderia sair desta situação de “invisível” se encontrasse alguém de boa vontade que a ajudasse a recuperar o seu nome» (Wildner in Lopes 2010, p. 79).

Para os alfabetizadores, a tarefa de alfabetizar outros é assumida como um contributo para um mundo «pautado na solidariedade e esperança» (FONTE) e como uma forma de devolver à comunidade o que outros fizeram por eles, já que muitos alfabetizadores foram eles próprios analfabetos. Filipe Guia, envolvido no passado (INDICAR ANOS), no programa de Educação para a Paz da JRS, nos campos de deslocados em Luanda ou Uíge, evidencia outras competências para além da capacidade de ler, escrever e contar:

- i) «facilitar o crescimento no entendimento, na prática quotidiana da diversidade, na esperança de um futuro melhor, no âmbito pessoal, familiar, comunitário e social;
- ii) assumir formas abertas, participativas e democráticas, para todas as pessoas envolvidas;
- iii) contribuir para a formação integral do ser humano, enfatizando de forma especial o desenvolvimento de uma consciência criativa e crítica das pessoas que dele participam;
- iv) fortalecer os laços de solidariedade entre e para com todas as pessoas, especialmente as empobrecidas, as discriminadas, as marginalizadas, as oprimidas» (Guia in Lopes 2010, p. 65).

Por esta razão, muitos dos métodos de alfabetização assumem abordagens que partam da realidade dos alfabetizandos. Em Angola, o Método Dom Bosco concebido pelos Salesianos da América Latina, o Método ORA (Observar, Refletir, Agir) usado pelo Combonianos com os pigmeus da República Centro Africana, o método de Paulo Freire no Brasil e na Guiné-Bissau, são apenas alguns exemplos de metodologias centradas na realidade dos educandos, que globalmente são marginalizados nos países em que vivem.

3| Contexto político-social de Angola

Passados oito anos da assinatura do Memorando de Paz, Angola tem centrado toda a sua ação programática na «consolidação da paz e da unidade nacional para a promoção do desenvolvimento social» (ECP 2005). Apesar de alguns progressos alcançados, nomeadamente a nível político com a realização das eleições legislativas¹⁰ e a nível económico,¹¹ cerca de 96% dos angolanos vivem numa situação de pobreza extrema (28%) ou relativa (68%). Este contexto é marcado e, nalguns casos, agravado com o regresso dos deslocados internos e dos refugiados provenientes da Zâmbia, do Congo, República Democrática do Congo e da Namíbia. O contexto demográfico e social tem sofrido alterações com mais de 30% da população angolana fora da sua área tradicional de residência (estimativa de 2002), contribuindo para novas facetas da pobreza no país.

Face a um território de 1.246.700km² e uma população estimada em 16.900.000

¹⁰ Setembro 2008, após dezasseis anos sem escrutínio, e em Agosto de 2012

¹¹ Os indicadores económicos contribuem para o posicionamento de Angola em 143º lugar na lista de 183 países, (PNUD 2011). Se não fossem estes, o país estaria abaixo do ranking dos países com um Desenvolvimento Humano Médio.

habitantes (dados 2007), o Governo angolano definiu um conjunto de programas e projectos que visam alcançar com celeridade todo o território, dos quais se destaca o «Plano Estratégico de Desconcentração e Descentralização Administrativas» (2000). Na implementação deste plano e de medidas de descentralização, Angola identifica como duas das principais causas do país «a debilidade do quadro institucional, explicado pela baixa qualificação média dos quadros e técnicas pela reduzida produtividade» e «a desqualificação e desvalorização do capital humano» (ECP 2005:17).

A desqualificação do capital humano surge referida em diversos programas estatais, nomeadamente no *Documento de Estratégia de Redução da Pobreza* (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola¹²: 2005). Neste, o Governo angolano define como uma das prioridades na luta contra a pobreza no programa de educação duas grandes áreas de impacto: i) educação básica; ii) alfabetização de adultos. O relevo destas áreas pode contribuir para a «redistribuição do rendimento e na promoção da equidade social e correção das assimetrias regionais e dos desequilíbrios estruturais» [Governo 2005: 63].

A preocupação é tanto maior quanto se verifica existirem cerca de 70% da população analfabeta no país, agravada por um regresso de cerca de 45% dos 2.827.279 cidadãos alfabetizados entre 1976 e 2001 para uma situação de analfabetismo. Em consequência da instabilidade político-militar, o país assistiu a movimentos migratórios acentuados, tendo a recessão económica um impacto no número de professores disponíveis e de pessoas que pudessem frequentar regular e tranquilamente a escola (MEC 2001).

¹² Para facilitar a leitura, resumir-se-á no artigo as referências bibliográficas a documentos do Governo de Angola como «Governo» com respectiva data de edição.

Perante este cenário, o Governo angolano elaborou uma nova *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação para o período de 2001-2015*,¹³ consciente que para combater dois dos principais problemas da educação (acesso e qualidade), terá de recorrer a parcerias com a sociedade civil e outras organizações internacionais, já que não tem condições humanas e financeiras suficientes para assumir integralmente o objetivo de erradicar o analfabetismo em Angola. Em 2007, é aprovada a *Estratégia de Relançamento da Alfabetização e Aceleração Escolar* em conformidade com o estabelecido na *Lei de Bases do Sistema de Educação*, Lei 13/01, no *Programa Integrado para a Melhoria do Sistema de Educação* (aprovada a 28/02/2001) e no *Plano de Acção Nacional de Educação Para Todos*, reforçados no *Programa Nacional de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar* (despacho n. 36/08, de 24 de Janeiro).

Diversas são as entidades envolvidas em programas de alfabetização em Angola. Duma primeira recolha, é possível verificar que o Estado através das Direções Provinciais de Educação em cada uma das 18 províncias promove cursos de alfabetização, partilhando esta responsabilidade com ONG, congregações de diversas crenças religiosas, com destaque para congregações e movimentos cristãos. Numa primeira resenha documental, apurou-se existirem alguns métodos de alfabetização usados no país, dos quais se indicam o Método tradicional, o Método cubano «Sim, eu posso», o Método Dom Bosco e o Método Express.

¹³ Aprovada em Conselho de Ministros em 2001

4| Organizações da Sociedade Civil (OSC) em Angola

As Organizações da Sociedade Civil (OSC) em Angola acompanham as alterações políticas e sociais do país. É sobretudo no final dos anos 80 e início de 90 que surgem formas de organizações autónomas do Estado. Numa fase inicial, muitas estão associadas a igrejas, caso da Cáritas de Angola, Aliança Evangélica de Angola e o Conselho das Igrejas Cristãs em Angola. A assinatura do Acordo de Bicesse, em 1991, permitiu criar as condições para uma revisão constitucional com impacto na vida das populações, com vista a implantação da democracia multipartidária (Lei nº 23/92, Lei Constitucional da II República). Antes da Lei nº 14/91 de 11 de Maio, conhecida por Lei das Associações, não era permitida a existência de associações de livre constituição. É reconhecido pelo Estado angolano que a «participação ativa e consciente de todos os cidadãos através de formas previstas na Lei Constitucional» contribui para a «criação das condições materiais e técnicas para a edificação em Angola de um Estado Democrático de Direito», consciente das reformas políticas e sociais que estavam a ser desenhadas em 1991 (Lei nº 14/91). Por outro lado, o Estado reconhece não pode haver interferências dos poderes públicos no desenvolvimento das actividades das associações.

As OSC surgem como entidades de desenvolvimento local, no entanto, com o reacender do conflito civil, muitas alterem a sua actuação para a Ajuda de Emergência. Para prover apoio às populações a nível local, a abordagem evidencia-se mais assistencialista de resposta e entrega imediata de mantimentos e bens para os beneficiários. Desde 2002 com a assinatura do Acordo de Paz de Luena as necessidades das populações têm-se

alterado com o regresso dos deslocados e refugiados ao país e às suas províncias de origem. Neste contexto, o paradigma de intervenção das OSC está a transferir-se da Ajuda de Emergência para o Desenvolvimento.

Dos dados de 2010 da Unidade Técnica de Coordenação das Ajudas Humanitárias (UTACH) constam 320 instituições sociais registadas, destas 192 são Organização Não Governamentais (ONG) nacionais (181 legalizadas, 12 em vias de legalização), 87 ONG internacionais (79 legalizadas, 8 em vias de legalização), 13 Fundações (11 legalizadas e 2 em vias de legalização) e 27 Instituições Religiosas (26 legalizadas e 1 em via de legalização).¹⁴ Segundo a UTACH, a maioria das OSC centram a sua atividade nas províncias de Luanda, Benguela e Huambo, em particular nos sectores da saúde, educação/ensino e agricultura.

No quadro do Programa de Apoio aos Actores Não Estatais (PAANE) da Comissão Europeia com Angola, realizou-se o «Mapeamento das Organizações da Sociedade Civil Angolana» (11/2009 – 03/2010). Na caracterização e tipologia das OSC, identificaram-se organizações de quatro níveis: i) organizações de primeiro nível (comités de cidadãos, associações camponesas, grupos de jovens, de escuteiros, associações culturais e desportivas, grupos informais); ii) organizações de segundo nível (ONG nacionais e internacionais, fundações, entidades vinculadas a igrejas); iii) organizações de terceiro nível (redes locais, caso do Núcleo Representativo de Associações do Dombe Grande, redes temáticas ou de tipo sectorial, como seja a Rede de Associações de Pessoas com Deficiência, SIDA); iv) organizações de quarto nível

¹⁴ Dados de uma equipa de investigadores autónomos contratados para realizar o mapeamento

(plataformas e espaços de concertação entre organizações e redes da sociedade civil orientadas para definição das políticas públicas, porta-vozes junto de partidos e administrações públicas).

Nesta diversidade de OSC, a equipa de investigadores (Gianfrancesco Costantini e Amândio Mavela) salientou alguns desafios comuns a todas estas, com vista a acompanhar a alteração de paradigma de desenvolvimento em Angola. Esta mudança evidenciou as fragilidades do país em matéria de recursos humanos e instituições qualificadas para as novas exigências que são solicitadas. Um dos principais dos desafios prende-se com a necessidade de se reforçar institucionalmente as OSC, e reforçar as capacidades de interlocução entre estas e as entidades e instituições públicas. É fundamental que se encarem as OSC não como apenas «prestadores de serviços em auxílio ao Estado», mas como participantes na definição de políticas de médio e longo prazos. Com a multiplicidade de novas realidades, afigura-se igualmente importante a participação das OSC em novas áreas de desenvolvimento económico e social, áreas importantes para a definição de medidas com impacto para o futuro do país.

4.1. Caracterização da Cáritas de Angola e Promaica como OSC angolanas

A **Cáritas de Angola** existe a nível nacional, com uma delegação em cada sede das dezoito províncias, a qual se soma mais uma na província de Luanda dada a densidade populacional envolvida. Desde 1970 que desenvolve programas de acção social, acompanhando as dificuldades e mudanças do país. Consciente do desafio atual de um contexto de paz, ainda que frágil, esta instituição iniciou a partir de 2009 as primeiras

alterações estruturais, que se refletem no «Plano Estratégico 2010 – 2012». Na estratégia da Cáritas de Angola, a alfabetização está associada à formação profissional, tendo-se identificado quatro eixos de prioridades para o triénio: i) recolha e análise de dados de experiências bem-sucedidas; ii) estudo comparativo de métodos e abordagens de alfabetização desenvolvidas nas Cáritas com práticas e *curricula* do Estado angolano; iii) fazer advocacia junto de entidades estatais responsáveis pela alfabetização (Ministérios da Educação e do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social - MAPESS) com vista a integrar os alfabetizadores no sistema e certificar os cursos; iv) estabelecer uma coordenação nacional a partir da Direção Geral da Cáritas em matéria de alfabetização. No quadro da Cáritas, destacam-se os programas de alfabetização promovidos pelas Cáritas de Malange (2005-2008) e do Uíge, as quais foram premiadas pelo Estado angolano pelo papel desempenhado na recuperação do atraso escolar no país. Os métodos de alfabetização globalmente adotados pelas Cáritas têm sido o Método Express e o Método Dom Bosco.

A Promaica – Promoção da Mulher Angola na Igreja Católica – foi criada em 1990, ligada à Diocese de Benguela. A associação surge com o apoio de Dom Óscar Lino Lopes Fernandes e a partir da experiência da Senhora Rosalina Nawakemba Saiácua, numa viagem ao Quénia em companhia de sete mulheres, cinco delas moçambicanas. Na sequência desta, desenvolveu-se um conjunto de encontros de formação em liderança, promovidos por Teresinha Tavares do Graal, ONG portuguesa. O apoio financeiro e institucional da Oxfam e da Catholic Relief Services, a partir de 1995, permitiu desenvolver os primeiros projectos de desenvolvimento. O alargamento a nível nacional deu-se em 1996 com a realização em Benguela do Curso Nacional de

Animação e Liderança da Cáritas, na qual participaram duas mulheres representando cada Diocese. Em 1997, existiam 18.700 mulheres. Actualmente as estimativas apontam para um movimento que pode ascender a mais de 78.000 mulheres a nível nacional.

Nos Estatutos da Promaica (2008), a missão evidencia dedicar-se fundamentalmente à «promoção, formação e educação da mulher em todos os níveis e sectores da vida, na Igreja e na sociedade» (artigo 2º). Em termos práticos, como é o caso da Promaica do Kuíto, o enfoque é dado à família, podendo por esta razão integrar membros masculinos em actividades da Promaica.

5| Estudo de caso: papel da Cáritas de Angola e suas associadas na educação e formação de recursos humanos

Inserido no projecto de investigação «o papel das organizações da sociedade civil na educação e formação: o caso de Angola, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe» promovido pelo Centro de Estudos Africanos do ISCTE, com o apoio da Fundação Ciência e Tecnologia, a FEC identificou a Cáritas de Angola e entidades associadas como representantes da sociedade civil em Angola.¹⁵ A pesquisa pretendeu analisar o modo como a Cáritas de Angola e suas associadas (caso da Promaica e das Cáritas locais) trabalham na alfabetização. Esta organização tem um relevo significativo no país na área social, tendo sido seleccionada por quatro aspectos: i) ter abrangência nacional; ii) integrar no seu Plano Estratégico de 2010-2012 a área de alfabetização

¹⁵ Para mais dados, consultar:

http://cea.iscte.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=255&Itemid=1

como área prioritária para o seu desenvolvimento; iii) possuir diversas modalidades de implementação, gestão e realização dos cursos de alfabetização; iv) ter a capacidade de disseminar os resultados deste estudo com rapidez junto da sua rede e junto de organismos estatais e internacionais.

Em 2010, o trabalho de campo realizou-se na província do Bengo, no município de Ambriz, e em Luanda; em 2011, deu-se na província do Bié, no município do Kuíto e novamente em Luanda, envolvendo a Cáritas de Ambriz, a Cáritas do Kuíto e a Promaica de Luanda e do Kuíto. Com a Direção Geral da Cáritas, com sede em Luanda, identificaram-se as províncias, analisou-se documentação existente em Angola e no estrangeiro, as primeiras conclusões e recomendações. No final de cada missão, elaborou-se um relatório com recomendações e conclusões a serem abordadas entre Direção Geral da Cáritas e suas associadas, bem como endereçadas a entidades estatais angolanas.

Em termos metodológicos, as duas missões¹⁶ foram antecedidas de pesquisa documental na Biblioteca do ISCTE e no Centro de Recursos da FEC, em Lisboa. Em Angola, analisaram-se documentos da Cáritas de Angola sobre programas de alfabetização aplicados em diversas províncias e da Promaica nas províncias de Luanda e Kuíto. Estas pesquisas foram complementadas pela análise de documentação disponível na internet, cujas referências foram sempre divulgadas entre todos os envolvidos nesta investigação, de modo a permitir o acesso mais rápido e imediato a informação. Para além da pesquisa documental, deu-se primazia a: i) observação direta em Luanda e nas

¹⁶ A primeira missão realizou-se de 17 a 27 de Setembro de 2010 e a segunda de 17 a 24 de Maio de 2011

províncias do Bengo e Kuíto; ii) entrevistas aos atores com relevo na alfabetização; iii) visita a centros de alfabetização; iv) observação de aulas de alfabetização; v) análise dados estatísticos e instrumentos usados; vi) reuniões com coordenadores de alfabetização e coordenadores do Programa de Alfabetização da Promaica nos diversos locais, bem como com a Direção Geral da Cáritas e com Ministério da Educação de Angola, nomeadamente o Departamento do Ensino Geral.¹⁷

5.1. Centros de alfabetização em Luanda, Bengo e Bié

Na **província de Bengo**, os dois centros de alfabetização visitados situam-se em locais marcadamente rurais, no município de Ambriz. Segundo dados facultados pelo coordenador da alfabetização da Cáritas de Ambriz, André Manuel Lungo, a comuna sede tem 8521 habitantes, a da Bela Vista 3852 habitantes e a de Tabi 6592 habitantes.

O programa de alfabetização da Cáritas em Ambriz envolve 10 centros de alfabetização em três comunas (Bela Vista, Tabo e a comuna sede de Ambriz), os quais globalmente iniciaram a sua atividade no início do ano de 2010. A alfabetização é assumida por 10 alfabetizadores (1 do sexo feminino e 9 do masculino) que chegam a 519 alunos, jovens e adultos que se encontram fora do sistema educativo oficial, pela idade.

¹⁷ Aquando da aprovação do projeto FCT, foi possível agendar uma reunião e apresentar os objetivos do projeto e da investigação a cargo da FEC. Nas missões seguintes, por sobreposição de agenda os contactos com a Dr.^a Luísa Grilo realizaram-se por telefone e por mail, estando a par das principais conclusões desta investigação.

Na **província de Luanda**, analisaram-se dois centros de alfabetização da Promaica pertencentes à Paróquia do Imaculado Coração de Maria, a qual envolve 525 mulheres associadas. Nesta paróquia, existem 4 centros de alfabetização: 3 ligados à casa da alfabetizadora-associada e 1 ligado ao centro paroquial.¹⁸ A alfabetização da Promaica em Luanda iniciou a sua atividade em 2008. O processo divide-se em níveis diferenciados todos direcionados para jovens fora do sistema de ensino e adultas: i) alfabetização; ii) ensino de adultas com vista a permitir a sua integração no sistema oficial angolano a partir da 7ª classe, período em que poderão frequentar o liceu.

A alfabetização **na província do Bié** é assumida no caso da Igreja Católica integralmente pela Promaica. No Bié, segundo estatísticas de 2010, estão registadas nos nove municípios 18.700 mulheres. Nesta província, as associadas são mulheres, à semelhança da Promaica em outras províncias, mas o público-alvo da sua acção social visa a família, razão pela qual se encontram alunos masculinos a frequentar os cursos de alfabetização. Um outro aspeto a salientar comparativamente aos outros centros suprarreferidos é o facto de a transição dos cursos de alfabetização – intervenção não formal de ensino – para o sistema educativo formal é mais rápido e bem-sucedido, evidenciando um articulação entre Promaica – OSC – e o Estado angolano, através da Direção Provincial de Educação do Bié.

5.2. Conclusões da investigação

¹⁸ No quadro desta investigação, foi possível visitar dois centros de alfabetização: Centro de S. José, Zona A, na casa da alfabetizadora Maria Alice dos Santos, Centro Clarete da Missão Católica da Corimba

A investigação permitiu a realização de duas missões em Angola, no final de cada uma foi possível fazer um primeiro levantamento de conclusões e apontar-se recomendações prévias junto dos responsáveis dos centros de alfabetização diretamente geridos pela Cáritas de Ambriz e do Kuíto, e junto da Direção Geral da Cáritas. Globalmente é possível verificar que a ação da Cáritas de Angola através das suas delegações e da rede da Promaica conseguem dar uma **resposta social em matéria de educação**, reforçando a ação do Ministério da Educação, seja por não existirem centros ou cursos de alfabetização em algumas zonas em que a rede Cáritas atua seja por existir mais procura do que oferta, que não pode ser suprida apenas pelos serviços de alfabetização do Estado. Os centros de alfabetização visitados nas zonas rurais integram uma franja da população que não consegue integrar o sistema formal por já não terem idade escolar e por não existir na sua zona de residência resposta estatal. Nos centros das zonas urbanas de Luanda, os centros da Promaica são uma resposta eficaz, sobretudo, para as mulheres e raparigas, na medida em que concilia horários de trabalho e de vida familiar, e integra-se num projecto de entreaajuda feminina muito forte em termos de identidade.

Outro aspeto analisado prende-se com a eficácia da alfabetização facultada pela rede da Cáritas de Angola e da Promaica. Ainda que os cursos de alfabetização tenham surgido como uma resposta social imediata junto das populações, constata-se que em cada local gerido por uma mesma organização, a alfabetização funciona numa **lógica de rede**. Os cursos de alfabetização podem ter um desempenho mais bem-sucedido em função do coordenador e dos alfabetizadores que nele trabalham, porém toda a lógica de funcionamento obedece a uma mesma estrutura organizacional: existe um coordenador, vários alfabetizadores divididos por turnos.

A **articulação** das ações de alfabetização **com o Ministério da Educação de Angola**, através das Direções Provinciais de Educação, é uma preocupação que foi apresentada por todos os coordenadores de alfabetização e pelos responsáveis pela Cáritas e Promaica no terreno. Esta articulação é fundamental a dois níveis: i) para o alfabetizador para que seja integrado no sistema estatal angolano e deste modo poder auferir do salário, não ficando dependente de cotizações variáveis e descontínuas da população; ii) para o alfabetizando para que possa findo o período de alfabetização transitar para o sistema formal e deste modo prosseguir estudos.

Das visitas aos centros de alfabetização foi possível constatar que os centros de alfabetização que estão dentro de estruturas estatais conseguem integrar com mais facilidade alunos no processo de transição dos cursos para a escolarização formal. Quanto aos alfabetizadores, foi possível verificar que são todos reconhecidos pelo Estado, tendo acesso aos manuais de alfabetização e ao subsídio do Estado. No caso dos centros visitados de Luanda, Ambriz e Kuíto, apenas os do Kuíto beneficiavam desta situação. Em Ambriz e em Luanda, grande parte do apoio surge por parte dos associados, dos alfabetizandos e da rede da Cáritas.

A integração e reconhecimento do processo de alfabetização varia significativamente em função das Direções Provinciais de Educação e dos Coordenadores de alfabetização. Quanto mais forte é a liderança, mais rápidos são os processos de integração e reconhecimento dos alfabetizadores e alfabetizandos.

O **registo, a recolha e a sistematização de dados** para posteriores análises constituem uma das maiores fragilidades encontradas nos centros de alfabetização. Globalmente todos os centros têm como prática o registo do «Mapa de alunos» que entregam ao Estado com informação sobre o número, idade, sexo e classes em que se encontram. Esta informação é trimestral e faz referência ao número de pessoas que foram/são «aprovadas», «reprovadas», «desistentes» e «transferidas». Porém foi possível verificar em todos os centros de alfabetização não existir uma análise evolutiva dos dados quer em termos de idade por classes, quer em termos de desistências de modo a poder definir estratégias de atuação e, deste modo, contrariar resultados menos bem-sucedidos.

Em relação ao alfabetizador, a sistematização da informação ainda se torna mais escassa e pouca organizada, o que é fundamental a dois níveis: 1) na articulação com o Estado para integração no sistema formal; 2) no acompanhamento e formação a facultar ao alfabetizador que contribuiria significativamente para a qualidade de todo o sistema de alfabetização.

O processo de alfabetização é desenvolvido de formas distintas em função da província, do local onde se realizam os cursos, em função dos recursos disponíveis e dos apoios que possuem. Das entrevistas efetuadas a alfabetizadores foi possível verificar que a **adoção de um manual** depende em muito da existência de financiamento ou materiais disponibilizados pelo Estado ou organizações civis. Foi igualmente possível constatar que não existe uma reflexão e uma opção estratégica nos centros de alfabetização. Por uma questão de gestão eficaz de recursos, a Direção Cáritas de Angola prevê na sua

estratégia a **análise das metodologias** e a adoção de uma para todos os centros de alfabetização geridos ou apoiados pela rede Cáritas.

Outro aspeto que foi possível constatar é a inexistência de um sistema de formação contínua dos alfabetizadores. Alguns alfabetizadores participaram em cursos de duração curta facultados quer pelo Estado quer por organizações da sociedade civil sobre o método de alfabetização a adotar. Outras áreas fundamentais para o seu desempenho nunca foram abordadas, e como tal assume-se o alfabetizador como o professor de alunos mais velhos e com mais dificuldades ou como aquele que passou de um processo de analfabetismo para a função de ensinar aos outros. As estratégias pedagógicas a usar para ensinar pessoas adultas com outro enquadramento da vida e da educação deveriam ser um dos aspectos a trabalhar para que a alfabetização possa ser mais bem-sucedida na proficiência da leitura, escrita e cálculo.

Os centros de alfabetização analisados em 2010 eram muito distintos dos de 2011. Das três províncias, foi possível constatar que a província do Kuíto é aquela que apresentava globalmente uma gestão mais eficiente dos centros de alfabetização, articulando de forma constante e regular com a Direção Provincial de Educação. De salientar que todos os centros de alfabetização eram geridos pela Promaica, o que permitia uma visão de conjunto mais consistente. Os benefícios desta gestão verificavam-se no número de alfabetizadores e alfabetizandos integrados e reconhecidos no sistema formal de educação. Em contrapartida, nos centros de alfabetização da Promaica em Luanda foi notório a disponibilidade dos alfabetizadores organizados por bairros, que além do seu tempo, disponibilizavam as suas casas. Os centros de alfabetização de Ambriz eram os

que apresentavam menos experiência e mais dificuldades seja na realização dos cursos de alfabetização, seja na organização e coordenação dos centros, seja na articulação com as entidades estatais.

Em todos os centros de alfabetização foi possível verificar um entendimento da alfabetização como um dever social, que se realiza junto das franjas mais desfavorecidas da sociedade (nos bairros de Luanda ou nas zonas rurais, algumas totalmente isoladas). Das pessoas entrevistadas na qualidade de alunos, os argumentos para aderirem a um processo de alfabetização prendem-se a capacidade de «assinar o nome», fundamental para o registo eleitoral, de poder «ter um bilhete de identificação»; muitos fizeram referência a possibilidade de «ler a bíblia». Nos contextos mais urbanos, foi referido que atualmente para se concorrer a serviços do Estado, como sejam serviços de limpeza é necessário possuir a 6ª classe. Os alfabetizadores evidenciaram como conquistas da alfabetização o facto de os alunos «escreverem melhor» e no final serem «mais extrovertidos».

No quadro das dificuldades, foi evidenciado o facto de não existir informação clara e comum em todas as províncias sobre a documentação necessária para se ser reconhecido como alfabetizador pelo Estado. Outro aspeto prende-se com os alunos, que para integrarem sistema formal (6ª classe) necessitam de realizar uma prova que é idêntica aos dos alunos que se encontram numa escola normal com uma carga horária em muito superior a deles.

Outro aspeto comum prende-se com a escassez de materiais educativos (manuais de alfabetização, cadernos e lápis) para alfabetizadores e alfabetizandos, o que agrava as dificuldades, já por si tão adversas, na aprendizagem de jovens e adultos que se encontram fora do sistema.

5.3. Recomendações

Das duas missões realizadas nas províncias de Luanda, Bengo e Bié, apresentou-se à Cáritas de Angola um conjunto de recomendações que se podem resumir em três grandes grupos.

Para que se possa rentabilizar recursos (humanos, materiais e financeiros), considera-se fundamental que se realize a «definição de procedimentos administrativos e educativos em função da estratégia assumida pela Cáritas de Angola e Promaica» (**Recomendação 1**). Estes procedimentos administrativos prendem-se com aspectos como seja a criação de instrumentos de recolha e tratamento de dados referentes aos alunos, aos processos dos alfabetizadores e a caracterização dos centros de alfabetização. Considera-se igualmente fundamental a identificação de critérios de seleção e definição de responsabilidade de figuras como o alfabetizador e o coordenador de centros de alfabetização. A definição de um «Dossier Pedagógico-Administrativo» de alfabetização uniforme em cada centro de alfabetização e disponível para cada coordenador de alfabetização, permitiria uma gestão mais eficiente dos recursos e simultaneamente uma forma de transmitir os resultados dos centros de alfabetização junto de entidades estatais e externas

A «formação de alfabetizadores e coordenadores de alfabetização para uniformização da metodologia e eficácia na análise de dados» constitui a **Recomendação 2**. Para a realização de um programa de formação contínua de alfabetizadores e coordenadores de alfabetização, é fundamental uma leitura comparativa dos manuais de alfabetização usados nos diversos métodos a realizar pela Direção Geral da Cáritas de Angola em comunicação com os responsáveis pela alfabetização nas províncias. Esta análise permitirá identificar o manual de alfabetização a usar e procurar apetrechar cada centro de alfabetização com manuais em número suficiente para cada aluno. Por outro lado, será um contributo para a formação para alfabetizadores, com destaque para a forma de pedagogicamente os manuais de alfabetização adaptando a um público jovem e adulto.

A formação para coordenadores de alfabetização deverá incidir na forma de recolher dados e analisa-los criticamente de modo a se poder definir estratégias de sucesso junto dos alunos.

A **Recomendação 3** destina-se ao Ministério da Educação de Angola, as Direções Provinciais de Educação e os centros de alfabetização geridos, nomeadamente pela rede da Cáritas de Angola e da Promaica. De modo a beneficiar os processos de alfabetização em Angola é fundamental a «identificação de procedimentos junto do Ministério da Educação de Angola e Direções Provinciais de Educação para reconhecimento de alfabetizadores e dos alfabetizandos a nível nacional».

Conclusões

Massive poverty and obscene inequality are such terrible scourges of our times (...) that they have to rank alongside slavery and apartheid as social evils. Nelson Mandela, Londres, 2005

A saída da fase de emergência exige por parte da sociedade angolana alterações de pensamento e posicionamento quer em termos pessoais quer em termos organizacionais. Dez anos de paz constituem o ponto de partida da mudança de paradigma da Ajuda de Emergência para uma perspectiva mais sustentável de Desenvolvimento. A passagem de um paradigma para outro está marcada pela dualidade. Por um lado, o processo de paz aumentou a confiança das pessoas no sistema e no regresso à vida com condições de segurança, o que teve consequências imediatas no sector da educação no número crescente de pessoas a inscrever-se na escola ou em centros de alfabetização. Por outro, esta mudança evidencia as fragilidades do país, que não possui recursos humanos qualificados em número suficiente para dar resposta à reforma do país.

Com vista a consolidação da paz, o Estado angolano definiu um conjunto de políticas com vista a combater a pobreza. Na «Estratégia de Combate à Pobreza», reconheça-se a «importância da intervenção do sector privado e das ONG nos sectores de educação, saúde, água e saneamento a nível local, nomeadamente na reabilitação das infraestruturas, com um forte envolvimento da administração local e das comunidades para garantir a sustentabilidade do funcionamento dos serviços» (ECP 2005, p.37). Neste contexto, um conjunto de organizações da sociedade civil têm procurado dar respostas sociais concretas, algumas com ação durante todo o processo de guerra. A

Cáritas de Angola e a Promaica constituem dois exemplos da complementaridade da sociedade civil relativamente ao Estado, nomeadamente nos programas de alfabetização em Angola.

A resposta destas organizações contribui para diminuir as desigualdades de oportunidades junto das populações mais desfavorecidas, já que muitos dos centros de alfabetização estão localizados em zonas isoladas, sem oferta, ou em zonas urbanas que não integram pessoas com mais de 15 anos no sistema formal. Por outro lado, estas organizações inseridas no contexto de mudança do país também são marcadas por um *modus operandi* que era eficaz num contexto de emergência, de resposta rápida, mas que em contexto de desenvolvimento e paz necessita de ser reavaliado para poder rentabilizar e alcançar um número mais abrangente de pessoas nos programas de alfabetização.

A tónica nos documentos ministeriais e nas visitas realizadas aos centros de alfabetização investigados incide no acesso à educação, a oportunidades de aprendizagem junto de pessoas que estão fora do sistema formal, procurando responder à procura crescente por parte dos angolanos. No entanto, não deixa de ser importante evidenciar o trabalho realizado por organizações como seja a Cáritas de Angola que procura igualmente introduzir o indicador qualidade, para que muitas das pessoas envolvidas em cursos não regridam nas suas aprendizagens de literacia e, deste modo, que o processo de alfabetização não se restrinja apenas, ainda que fundamental, a escrever o nome, mas para que seja um processo de transformação em que cada alfabetizando se assuma não apenas como letrado mas como cidadão de pleno direito.

Bibliografia

OECD (2010), Development Assistance Committee - *Peer Review Portugal*, OECD

<http://www.oecd.org/dataoecd/33/19/46552896.pdf>

UNESCO, Rapport Mondial sur l'Apprentissage et l'Éducation des Adultes, Hambourg, 2010

<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001875/187521f.pdf>

Cavaco, Carmen (2009) *Adultos pouco escolarizados. Políticas e práticas de formação*, Educa| Unidade de I&D de Ciências da Educação, Lisboa.

Richmond, Mark, *et al* (2009) *O desafio da alfabetização global. Um perfil da alfabetização de jovens e adultos na metade da Década das Nações Unidas para a Alfabetização 2003 – 2012*, Brasília.

<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001631/163170por.pdf>

Green, Duncan (2008), *From Poverty to Power. How active citizens and effective states can change the world*, Oxfam International, United Kingdom.

Ministério da Educação de Angola (2008), *Programa de Alfabetização e Aceleração Escolar*, Luanda.

IPAD & MNE (2006), *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, IPAD & Ministério dos Negócios Estrangeiros, Lisboa.

República de Moçambique (2006), *Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta 2006-2009 – PARPA II*, República de Moçambique, Maputo.

http://www.pap.org.mz/downloads/parpa_ii_aprovado_pt.pdf

República de Angola (2005), *Estratégia de Combate à Pobreza*, Ministério do Planeamento, Luanda.

http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_ECP.pdf

República da Guiné-Bissau (2005), *Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza, de Combate à Pobreza*, República da Guiné-Bissau, Bissau.

<http://www.stat.guineebissau.com/denarp/denarp.pdf>

Ministério da Educação de Angola (2005), *Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar 2006 – 2015*, Luanda.

Ministério da Educação de Angola (2005), *Estratégia de Alfabetização e Recuperação do Atraso Escolar 2006 – 2015, “Angola alfabetizada, Angola desenvolvida”, Todos pela Alfabetização, Alfabetização para Todos*, Luanda.

Mouzinho, Mário & Nandja, Débora (2005), *A alfabetização em Moçambique: desafios da educação para todos*, UNESCO, Maputo.

<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001462/146284por.pdf>

Agência das Nações Unidas em Angola, Objectivos do Milénio (2003), Relatório de Progresso MDG/NEPAD, Luanda.

Ministério da Assistência e Reinserção Social (2003), *Avaliação Preliminar do Programa de Regresso e Reassentamento das populações afectadas directamente pelo conflito armado*, Luanda.

http://www.botschaftangola.de/news/archiv/download/Apresentacao_do_MinisterioIII.pdf

Ministério do Plano das Finanças (2002), *Estratégia Nacional de Redução da Pobreza*, República de São Tomé e Príncipe, São Tomé.

http://www.juristep.com/relatorios/estrategia_reducao_pobreza.pdf

Ministério da Educação de Angola (2001), *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001 – 2015*, Luanda.

Ministério da Educação de Angola (2001), *Lei de Bases do Sistema de Educação*.

World Bank (2001), *World Development Report 2000-2001 on Poverty Development – Voices of the Poor*. (<http://www.worldbank.org/poverty/voices/reports.htm>)

Ali Hamadache, *De l'enseignement fondamental à l'éducation pour tous. L'éducation permanente en devenir*. <http://hamidache.issuisse.com/educeperm.htm?oweborama=1>

Bernard Lahire, «Échanges avec Bernard Lahire» in A. Gilles (coord.), *De l'illettrisme aujourd'hui à la compréhension et l'action*. Reims: CDRP de Champagne – Ardenne, pp.29-36.

Canário, Rui (1999), *Educação de Adultos. Um campo e uma problemática*, Educa, Lisboa.

Graff, Harvey (1995), *Os labirintos da alfabetização. Reflexões sobre o passado e o presente da alfabetização*, Artes Médicas, Porto Alegre.

Ministério da Educação de Angola (1995), *Plano Quadro Nacional de Reconstrução do Sistema Educativo (1995-2005)*, projecto, Luanda.

Relatórios por Regiões e Países – progresso de alfabetização:

<http://www.unesco.org/pt/confinteavi/national-reports/> Elseneur, Paris, 1949.

B. Documentos

Cáritas de Angola - Serviço Social da Igreja Católica, Plano Estratégico de Transição – Período 2010 – 2012, Luanda 2010.

Missão Católica da Corimba, Escola de Alfabetização, Pré-Teste de selecção dos alunos de alfabetização, Fevereiro 2010

Relatório Narrativo Final do Projecto: Alfabetização e Capacitação nas zonas rurais de Malanje-Angola (código PD252/AF/ANG/05, financiado pela AECL. Convénio Projectos 2005, Luanda, Março 2008.

C. Sites

Canto à alfabetização

<http://tube.aeiou.pt/canto-a-alfabetizacao/>